

## Nacionalismo e Guerra na Era do Terror: Identidade Nacional e Política Externa no primeiro mandato de George W. Bush (2001-2005).

GUILHERME AMORIM MONTENEGRO\*

### Introdução

No presente trabalho, nos propomos a elaborar acerca da forma como os eventos de 11 de setembro de 2001 (ataques coordenados em solo americano, contra símbolos do poderio militar, político e econômico norte-americano, culminando na destruição das torres gêmeas do World Trade Center e seu entorno, em Manhattan, Nova York) foram percebidos e utilizados, no seio da sociedade norte-americana, durante os mandatos presidenciais de George W. Bush (2001-2009), tendo como centro de análise um conjunto de discursos presidenciais proferidos durante o recorte cronológico estabelecido. Em que pese tais fontes não representarem a totalidade da vasta gama de reações e opiniões sobre tais eventos e seus desdobramentos (necessariamente múltiplas, vividas individual e coletivamente), compreendemos que as mesmas, caso investigadas de uma perspectiva que as contextualize em meio às principais linhas de fratura que marcam as disputas do período, permitem vislumbrar algumas questões que ocuparam um lugar de centralidade no debate político nacional (significado das guerras decorrentes no Afeganistão e Iraque, papel dos EUA no mundo, os limites da ação estatal na Guerra ao Terror): algumas, pela presença constante; outras, pelo silêncio obsequioso ou menções veladas que as afastem do debate (o caso da tortura).

Terror, terrorismo, terroristas: de tão repetidas, as palavras assumem foros de realidades autônomas. É necessário, então, desconfiar dos discursos políticos oficiais sobre o terrorismo, na medida em que, por serem massivamente divulgados, naturalizam certas percepções, que acabam se tornando dominantes. DEGENSZAJN aponta para o alargamento do conceito de terrorismo de forma a abarcar diversas manifestações, inclusive práticas de resistência, legitimando a instituição de mecanismos de controle e vigilância, ampliando os dispositivos de exceção do Estado. O complexo-industrial militar exige a guerra permanente, aproveitando como oportunidades o que é vivido como catástrofe: “A guerra ao terror localiza o terrorismo como o discurso monstruoso

---

\* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História na Universidade Federal Fluminense, Bolsista CNPQ.

a ser combatido, atravessado por uma moral que identifica o terrorista como monstro contemporâneo.” (2006:168). CHOMSKY contextualiza tais ataques lembrando as recentes intervenções dos EUA em países do mundo árabe e islâmico, afirmando que os ressentimentos derivados das mesmas são expressos (mesmo que de forma deturpada e criminosa) nos ataques terroristas, o que explicaria a simpatia com que os mesmos teriam sido recepcionados por parte significativa das populações dessas regiões; segundo o autor, tais eventos deveriam ser tratados como crimes, mas foram utilizados pela administração de George W. Bush para a execução de uma política global de ofensiva militar e política:

*A administração Bush entende a nova fase da ‘guerra contra o terror’ (que, de muitos modos, reproduz a ‘guerra contra o terror’ declarada pela administração Reagan, vinte anos antes) como uma oportunidade de expandir a sua já excepcional vantagem militar sobre o resto do mundo e poder adotar novos métodos para a dominação do planeta. (2005:160)*

PINTO situa os eventos de 11 de setembro no marco das relações entre os EUA e o mundo árabe-islâmico, com largas referências às teses de “choque de civilizações”, de Samuel Huntington. Os acontecimentos de 11 de setembro teriam provocado o aumento das preocupações em relação ao oriente médio e Ásia central, tidas como centros de incubação e propagação de fanatismo religioso e terrorismo. Não sem certa ironia, nota que “Para os E.U.A., a lição é que a grande ameaça ao Ocidente são os terroristas ou os ‘Estados-pária’ do Médio Oriente, armados de armas de destruição maciça e dispostos a atacar.” (2003: 330). A Pax Americana pós-Guerra Fria teve sua figuração alterada pela ocupação do Iraque em 2003, na medida em que isso implicou na ampliação da presença militar no velho mundo árabe. Tal empreitada era tida por prenúncio de um projeto de reordenação político-estratégica ampla, impossível de ser realizado sem fortes resistências dos povos tomados como objetos da mesma. ALI aponta o uso do trauma do 11 de setembro pela administração republicana para legitimar uma agenda imperial, da qual a invasão e ocupação do Iraque em março de 2003 seria apenas o passo inicial. Após a ocupação do Iraque, e o fiasco em torno das armas de destruição em massa, a missão democrática da ocupação passa a ser prevacente no discurso governamental (2003:10-11).

Em texto que remete no título às noções basilares sobre o exercício do poder oriundas de Gramsci, ANDERSON se propõe a avaliar o papel de cada um desses

elementos (força e consentimento) no exercício da hegemonia internacional dos EUA, tendo como hipótese ter havido uma mudança em favor do pólo da força, o que altera a natureza de sua dominação, pelo menos em certas regiões do mundo, nas quais se tem o uso do *hard power* como predominante. A partir da análise da longa duração da política externa dos EUA (“American policy planners are the heirs of unbroken traditions of global calculation by the US state that go back to the last years of the Second World War” (2003: 5), trata do papel de *Hegemon* dos EUA no mundo capitalista pós-Segunda Guerra Mundial, dos conflitos pós-Guerra Fria, marcados pela vitória dos EUA e tentativa da construção de uma Nova Ordem Mundial. Aponta o Iraque e a (então) Iugoslávia como palco dos conflitos definidores da década de 1990, que colocaram em questão as noções de soberania nacional a partir de uma teoria e prática de intervenção militar, justificadas com base nos Direitos Humanos. Identifica as continuidades (intervenções humanitárias na Iugoslávia e Kosovo; retórica dos Direitos Humanos) da situação pós-11 de setembro em relação à política anterior. Ao contrário do bordão da época, o 11 de setembro não teria mudado tudo, mas permitiu a execução de um programa previamente existente, de expansão da esfera de influência direta dos EUA no mundo árabe e na Ásia central, num período de hegemonia unipolar, dada a inexistência de adversário militar considerável depois da dissolução da URSS. Os eventos de 11 de setembro teriam sido utilizados para mobilizar apoio popular interno para a consecução de uma política de ofensiva militar geral, com vistas a reordenar as regiões previamente citadas. A mudança do regime Baath no Iraque serviria a propósitos estratégicos, mas também permitiria uma demonstração de força para o público interno, de forma a compensar a sensação de insegurança vivida pela população (11 de setembro como trauma que necessitaria ser exorcizado): “September 11 gave it an unexpected chance to recast the terms of American Global strategy more decisively than would otherwise have been possible. Spontaneously, domestic opinion was now galvanized for a struggle figuratively comparable to the Cold War itself.” (idem:11-12)

Nos autores supracitados, as intervenções militares dos EUA pós-11 de setembro não são descritas como meras ações retributivas, puras cruzadas religiosas ou vulgares guerras de conquista e rapinagem por recursos naturais: não praticam o reducionismo de explicar tais eventos por um único fator (vingança, religião, petróleo), mas identificam os elementos de continuidade da política externa dos EUA (sendo a guerra uma de suas

expressões, mas não exclusivamente) em relação ao mundo árabe e à Ásia central. A partir dessas coordenadas, pretendemos investigar outra dimensão em que pesam a longa duração e a força da continuidade: a cultura política norte-americana, do ponto de vista da relação entre identidade, nacionalismo, missão e guerra.

### **América em Guerra: Identidade Nacional e Política Externa**

Nas sociedades contemporâneas, resultantes de processos de constituição de Estados Nacionais, a atividade bélica sofre o influxo de presunções (por vezes conflitantes) acerca do significado, das razões e dos limites ao exercício da força militar, presunções estas frutos da experiência de guerras anteriores e da reflexão acerca das mesmas. Nos porta-aviões que carregam soldados seguem corações e mentes (que devem ser conquistados antes que os dos inimigos); a população civil é exortada a apoiar suas tropas, os *nossos meninos*, que enfrentam o inimigo lá para não terem que enfrentá-lo aqui (EUA); as mortes pela causa tornam a mesma sagrada e faz da vitória (como quer que se defina) o único resultado que pode lhes dar sentido. Para VERDERY, a formação da identidade-idade através da Nação cria separações, a definição de critérios de pertencimento gera um campo de exclusão, onde será definido um *Outro* (interno, estrangeiro, inimigo) sendo necessário perceber os conceitos de nação e nacionalismo como operadores simbólicos, cuja ambigüidade permite apropriações diferenciadas de acordo com diferentes sujeitos. Uma das formas de assimilação da identidade nacional seria “a participação na guerra, que talvez tenha sido essencial para construir a devoção à nação no início da era moderna, de modo que, mais tarde, essa devoção deve ser pressuposta pelos promotores da guerra.” (2000:242). Segundo EHRENREICH, há no caso norte-americano uma série de rituais onde a conexão entre guerra e nacionalismo é explicitada: as datas comemorativas como o Dia da Independência, o Memorial Day e o Dia dos Veteranos, que marcam no calendário anual o lugar das guerras, seus mortos e veteranos na memória coletiva. A religião civil, versão secularizada da visão de sociedade e história do puritanismo da Nova Inglaterra, não pode ser entendida independente dos conflitos militares vivenciados pelos EUA e pelo esforço de integração dos mesmos à memória nacional:

*Nessas e em outras ocasiões, como na comemoração de determinadas guerras ou batalhas, há toque de clarins, colocação de coroas de flores em monumentos ou túmulos, veteranos usando seus velhos uniformes e políticos discursando para glorificar os valores pátrios de dever e 'sacrifício'. É através desses rituais e do nacionalismo visto como uma 'religião leiga' que, como escreveu o historiador George L. Mosse, a guerra 'é sacralizada' (2000:224).*

De acordo como HUNT, é preciso entender a relevância do aspecto ideológico na formulação da política externa dos EUA durante o século XX (continua relevante, relação política externa e identidade nacional). A medida de grandeza nacional não é vista somente através do prisma dos interesses objetivos e da *Realpolitik* (que, no entanto, não são vistas como incompatíveis), mas é indissociável da idéia de missão, da existência de um papel dos EUA na realização da liberdade na história do mundo, interpretado a partir da história e valores nacionais próprios (1987:125-126). A partir desse círculo de valores, é possível identificar a guerra como experiência de luta que regenera o indivíduo e forja um cidadão superior: purificação pelo sofrimento, limpeza pelo sangue e batismos de fogo; ecos de uma visão de mundo longe de um estrito secularismo.

A recorrência da linguagem e imagens bíblicas no discurso político se explica a partir dessas coordenadas; os discursos analisados são ricos de tais referências, tendo a noção claramente teológica de *Mal* (evil) um lugar privilegiado nos mesmos. Mas o que nos interessa aqui é o círculo que liga a auto-imagem dos EUA, sintetizada na noção de Excepcionalismo, com a idéia de Missão, do papel dos EUA história do mundo. Dada a afinidade entre Missão e Vocação (chamado, noção religiosa de predestinação), ficam explícitos os caminhos pelo qual a identidade nacional, sentimento de pertencimento a uma coletividade maior que abrange e define o indivíduo, pressupõe a hipótese de que há uma homologia entre o caráter do cidadão e a natureza da sua nação, promovendo uma noção homogeneizadora do corpo social. A centralidade da idéia de Missão para a autocompreensão dos EUA é exposta por BURNS situando a questão do *Excepcionalismo* dos EUA como ubíqua nos discursos e imaginário nacional:

*Perhaps no theme has ever dominated the minds of the leaders of this nation to the same extent as the idea that America occupies a unique place and has a special destiny among the nations of the earth. It is an idea which characterizes not simply flamboyant orations but pervades the writings of critical philosophers and distinguished historians and social scientists. No period of our history has been free from its seductive influence. (1957:5-6)*

É a partir da própria história dos EUA (articulada com temas e noções bíblicas) que serão elaboradas as imagens que formam a mitologia nacional: a América como Novo Mundo, os americanos como povo escolhido, a *errand into the wilderness*, a missão civilizatória, a cidade iluminada na colina, a fronteira, o destino manifesto. Tais mitos não desaparecem da ideologia norte-americana quando o objeto é a política externa, pelo contrário: o fim da fronteira física continental fez do mundo objeto do chamado dos EUA a promover a liberdade e democracia (como entendidas pela tradição política dita anglo-saxônica, um de seus mitos de origem principais):

*America's mission, her errand into the wilderness, has become – with the disappearance of the American wilderness – something to be carried out in the larger wilderness which is not-America. In the myths of nationalism, of the manifest destiny of America, the wilderness has become a metaphor. Those places and peoples and nations on earth which Americans perceive to be without democracy, without liberty, without independence, without the possibility of the individual pursuit of happiness, are wilderness. It is the mission of America and Americans to civilize such wilderness. (idem, ibidem:123-124)*

### **Usos e Abusos da História**

As formas possíveis de apropriação do passado são múltiplas, não se restringindo à perspectiva da História acadêmica, que se pretende e apresenta como científica, a partir de critérios de procedimento investigativos. A condição insuperável do presente como lugar do qual o passado é ora interrogado para quem busca explicações, ora mobilizado a serviço de uma causa (possibilidades não excludentes) é o ponto de partida que situa o sujeito do conhecimento, implicando em limites e possibilidades. Os eventos podem ser interrogados de acordo com hipóteses em busca de corroborações ou refutações; também podem funcionar como modelos de comportamentos a seguir ou evitar. Segundo BURKE (1995:200-202), seja nos casos de retratos alegóricos ou de identificação, ou no uso consciente de anacronismos a serviço de uma afirmação de cunho político, se trata de uma recepção do passado marcada pela necessidade de pensar, enquadrar e comentar o presente. Conscientemente ou não, motivado pelos constrangimentos da censura, buscando extrair lições do passado úteis ao presente, ou por razões de convencimento e propaganda, a interpretação de determinados eventos históricos se torna objeto de disputa para amplos setores da sociedade.

Os discursos analisados são constantes em sua evocação da história norte-americana, com ênfase nas guerras (de Independência, Civil, Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria, principalmente). É preciso, então, indagar acerca dos significados usualmente atribuídos à guerra no imaginário norte-americano (que reflete a experiência histórica e condiciona a compreensão de eventos presentes). De acordo com ROBERTSON:

*Bundled together in the modern mythology of war are three elements which Americans believe are the logic of war. Those elements are the explanations of America's wars as well as the lessons we have learned from those wars. One element is the belief that war is an instrument of American progress. War brings unity, efficiency, prosperity, security, and victory. If fought with total commitment, war results in power, growth, prestige, and a fulfilling of our destiny in the world. (...) We believe that war is progressive, evil, and parenthetical – all at the same time. And we use images and stories which illustrate all three elements in our explanations and stories of war and its place in American life. (1994:325)*

Elementos contraditórios estão presentes nessa definição: guerra como aceleradora do progresso, como um mal a ser evitado, e como um evento entre parênteses na vida nacional, descontínuo. Partiremos da primeira definição, de guerra como instrumento do progresso, ainda que se afirme que a mesma não é desejada. Apontamos antes para o conceito de Missão nacional como exposto por BURNS, e é a ele que recorreremos novamente para tratar da sua articulação com o problema da guerra. Depois de discorrer sobre a questão da guerra na história dos EUA, o autor declara a existência de uma posição dominante na mentalidade americana que articula força, justiça e guerra, esta vista como instrumento da missão nacional:

*The idea that resort to force is the most efficient means of disposing of baffling problems is one of the strongest of our national myths. Force has likewise always been considered a justifiable instrument for the attainment of those noble purposes which Destiny has thrust upon us. As the Israelites of the modern world we could hardly think otherwise. The Chosen People has a God-given right to put to the sword those who would prevent us from extending the sphere of our blessings. (idem, p. 257)*

Destino, providência, povo escolhido: círculo que define um horizonte de interpretação possível dentro dos marcos de uma comunidade que não é somente discursiva.

## A Voz do Comandante-em-chefe

A presidência de George W. Bush foi marcada pelos ataques de 11 de setembro e pelas guerras e intervenções travadas em seu nome: isso é válido para a política externa e doméstica, na medida em que o sentimento de medo generalizado que se seguiu aos atentados foi utilizado para justificar uma série de políticas públicas pelo imperativo da segurança nacional. Tal situação remete a contextos e análises não idênticas, mas afins. Revisitando um conceito elaborado em livro tornado clássico, SCHLESINGER JR. fornece instrumentos para a interpretação de um fenômeno que julgamos atual. O termo Presidência Imperial foi cunhado pelo autor no fim do mandato de Richard Nixon, mas pretende descrever uma dinâmica de concentração de poderes na presidência fundada nas ambigüidades constitucionais acerca dos limites das prerrogativas do Poder Executivo, principalmente em relação à política externa e em situações de guerra: “Os testes decisivos da Presidência Imperial são três: o poder de fazer a guerra, a política sigilosa e o emprego contra o povo americano de poderes de emergência obtidos para uso contra inimigos externos.” (1992:334). Não aprofundaremos esse tema, mas entendemos sua fecundidade para a análise dos discursos produzidos a partir do *locus* da Presidência, na medida em que partilhamos da hipótese central da concentração de poderes (no Estado, no Executivo como um todo, e na Presidência em especial), não só no plano institucional-jurídico, mas também no simbólico-discursivo: à fala presidencial é adicionado um carisma para além da ordinária reverência (e, convenientemente, a questão da legitimidade de investidura George W. Bush é superada por uma legitimidade de exercício fundada de seu papel de Comandante-em-chefe em tempo de guerra). Não pleiteamos aqui a unanimidade em torno da figura do presidente (o governo de George W. Bush foi constantemente questionado e criticado por diversos setores da sociedade norte-americana), mas o reconhecimento de que o mesmo ocupou um espaço privilegiado na produção e disseminação de discursos sobre os eventos de 11 de setembro e seus desdobramentos, bem como na execução de políticas (inclusive a guerra) ditas e tidas como decorrentes dos mesmos. O conjunto de discursos selecionados e analisados consiste em um total de doze: os dois discursos de posse, dois pronunciamentos extraordinários (dias 11 e 20 de setembro de 2001, respectivamente), sete pronunciamentos sobre o Estado da União e o

discurso de despedida à Nação. Em comum, além de elementos formais (os pronunciamentos sobre o Estado da União seguem uma forma mais ou menos padronizada, de acordo com seu papel de momento de afirmação simbólica da unidade nacional, balanço da gestão e apresentação de pautas legislativas oriundas do executivo), é o fato de quase todos conterem referências aos atentados de 11 de setembro de 2001. Partiremos desse fato em nossa análise.

O primeiro discurso inaugural pouco nos interessa: proferido em janeiro de 2001, é anterior aos atentados, e se ocupa mais de temas domésticos. Imagens religiosas permeiam o texto (“we are guided by a power larger than ourselves who creates us equal in His image”); referências aos Pais Fundadores (Thomas Jefferson, no caso) são feitas quase que por obrigação; há uma ambigüidade intencional entre o religioso e o cívico, que define o estilo da religião civil (“We must live up to the calling we share”, “America's faith in freedom and democracy”, “Our democratic faith is more than the creed of our country”). Uma citação, porém, destoa: “We will confront weapons of mass destruction, so that a new century is spared new horrors”. Entre o antes e o depois, um elo<sup>1</sup>.

11 de setembro, terça-feira. Tarde de céu azul. À noite, o presidente se dirige em discurso televisivo transmitido em cadeia nacional. O tom é de luto, referindo-se aos milhares de mortos e feridos. Os atentados são adjetivados com termos que remetem à dimensão religiosa (“evil, despicable acts of terror”, “these evil acts”, “Today, our nation saw evil, the very worst of human nature”); é enunciado o dever de memória originário da morte de inocentes (“None of us will ever forget this day”); a explicação dos motivos dos terroristas é simples: “America was targeted for attack because we're the brightest beacon for freedom and opportunity in the world. And no one will keep that light from shining” (a liberdade é dos termos mais presentes no conjunto dos discursos). A primeira formulação da Guerra ao Terror, “war against terrorism” é feita<sup>2</sup> (sua forma definitiva será lapidada no próximo discurso).

É no pronunciamento de 20 de setembro, em sessão extraordinária conjunta do Congresso, que será enunciada pela primeira vez o que seria conhecido com *Doutrina*

---

<sup>1</sup> BUSH, 2001(a).

<sup>2</sup> BUSH, 2001(b).

*Bush*: em nossa opinião, se trata do documento que funda a Guerra ao Terror enquanto discurso. Aparece aqui pela primeira vez o que denominaremos de história de coragem pessoal, recurso presente em todos os discursos posteriores. Trata-se de histórias exemplares de cidadãos comuns que enfrentam situações de risco extremo, chegando a morrer, na defesa de terceiros ou da Nação. Tal procedimento identifica em um indivíduo, tornado exemplar, qualidades desejáveis para o conjunto da Nação. No caso, é nomeado Todd Beamer, um dos passageiros do voo United 93, seqüestrado por membros da Al-Qaeda em 11 de setembro. Os passageiros, cientes do destino dos outros aviões seqüestrados, lutaram com os seqüestradores e o avião caiu. Os principais temas do discurso são: 1 – o chamado a uma coalizão internacional ampla contra o terrorismo, sendo a América entendida como líder na defesa da civilização; 2 – a definição do inimigo como o extremismo islâmico, do qual a Al-Qaeda seria apenas uma das manifestações; 3 – a afirmação da solidez do Estado da União (o momento indica que, apesar de ser de praxe, tal invocação assume uma ressonância emocional extraordinária); 4 – a centralidade do discurso sobre a segurança doméstica, preocupação materializada na criação da *Office of Homeland Security*. A tática de equiparar o terrorismo islâmico aos inimigos dos EUA do século XX (fascismo, nazismo e totalitarismo; em outros discursos são nomeados o Comunismo, militarismo, etc.) já aparece aqui, e será utilizada até o fim de seu mandato: trata-se de ler o presente pelo passado, o desconhecido pelo conhecido, criando uma certeza de vitória em um momento de incerteza e medo:

*We have seen their kind before. They're the heirs of all the murderous ideologies of the 20th century. By sacrificing human life to serve their radical visions, by abandoning every value except the will to power, they follow in the path of fascism, Nazism and totalitarianism. And they will follow that path all the way to where it ends in history's unmarked grave of discarded lies<sup>3</sup>.*

Novamente emerge o dever de memória (“Each of us will remember what happened that day and to whom it happened.”); abundam referências à liberdade, motivo pelo qual os EUA seriam odiados pelos terroristas; a linguagem permeada por imagens religiosas, etc. Um trecho sintetiza a visão teleológica da história, fruto da providência divina: “The course of this conflict is not known, yet its outcome is certain.

---

<sup>3</sup> BUSH, 2001(c).

Freedom and fear, justice and cruelty, have always been at war, and we know that God is not neutral between them”<sup>4</sup>.

O primeiro pronunciamento sobre o Estado da União pós-11 de setembro é de janeiro de 2002. Há um predomínio da temática “terror-guerra-segurança” tão completo que os temas domésticos são articulados a partir de sua relação com a mesma. O tom é triunfalista (derrota do Talibã e da Al-Qaeda no Afeganistão), e o poder militar norte-americano é tido como instrumento da justiça (nesse caso, retributiva): “The American flag flies again over our Embassy in Kabul. Terrorists who once occupied Afghanistan now occupy cells at Guantanamo Bay. And terrorist leaders who urged followers to sacrifice their lives are running for their own.” (a referência orgulhosa à prisão em Guantánamo, Cuba, não se repetirá). O discurso é marcado por relatos sobre o 11 de setembro, com referência a vítimas, órfãos e heróis; o lugar onde estavam as Torres Gêmeas do World Trade Center é referido como *Ground Zero*, denominação já popularizada (já se trata de um lugar de memória, chão sagrado); a idéia de que o evento teve um caráter purificador retorna (“after America was attacked, it was as if our entire country looked into a mirror and saw our better selves. We were reminded that we are citizens with obligations to each other, to our country, and to history”), um momento de sacrifício, generosidade e unidade nacional; ainda assim, um corte: “The last time I spoke here, I expressed the hope that life would return to normal. In some ways, it has. In others, it never will. Those of us who have lived through these challenging times have been changed by them.”. A Guerra ao Terror é apresentada como uma luta geracional, de longa duração; a temática das armas de destruição em massa (químicas, biológicas e nucleares) assume grande dimensão (será o *casus belli* na invasão do Iraque); é nomeado o *Eixo do Mal* (*evil*, novamente, com sua conotação religiosa) pela primeira vez (Coreia do Norte, Irã e Iraque, com ênfase no último). A temática da missão e do papel do indivíduo na história (entendida como realização da liberdade) é retomada: “In a single instant, we realized that this will be a decisive decade in the history of liberty, that we've been called to a unique role in human events.”, “history of liberty, freedom’s price, freedom’s power, freedom’s victory”<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>5</sup> BUSH, 2002.

Em janeiro de 2003, Bush pronuncia seu segundo discurso sobre o Estado da União, às vésperas da invasão do Iraque. Os elementos anteriores retornam: a comparação do inimigo atual com os “totalitarismos” do século XX (fascismo, comunismo) constrói uma relação entre as lutas anteriores (II Guerra, Guerra Fria, das quais se pede de empréstimo o glamour...) com a atual; temática da missão e do chamado que a história faz aos EUA de cumprir seu papel na defesa da liberdade e democracia (“this call of history has come to the right country.”); a ressonância religiosa no discurso (“days of reckoning”); referência aos eventos de 11 de setembro de forma a justificar o conjunto das ações militares dos EUA, deslizando de maneira a justificar a invasão do Iraque como uma medida defensiva (o princípio da guerra preventiva, central na Doutrina Bush). A especificidade desse discurso é o seu caráter de peça acusatória contra o governo de Saddam Hussein, e a defesa da mudança de regime: um exercício retórico que articula o medo de ataques terroristas inimagináveis com os topos tradicionais do papel libertador da ação dos EUA na política internacional. Saddam é descrito como um inimigo forte, ameaçador, que possui armas químicas, biológicas e tenta construir nucleares; um tirano que tentou e tentará dominar a região, um perigo inaceitável, aliado de terroristas e que deve ser eliminado: o açougueiro de Bagdá é um novo Hitler. Refere-se ao 11 de Setembro, (descrição de um cenário “pesadelo”), e afirma o dever de impedir preventivamente qualquer ataque ao solo nacional. Também busca justificar a derrubada de Saddam por violação de direitos humanos em seu próprio país.

Bush aponta um nexos entre o regime iraquiano e a Al-Qaeda, e insinua a colaboração de ambos na execução dos atentados de 11 de setembro. Em seu discurso, toma o gesto de se dirigir diretamente ao povo iraquiano (o que fará depois em relação ao povo iraniano), se apresentado como libertador do mesmo. O encerramento do texto é um festival de auto-congratulação nacional: a nação que guerreia relutantemente, e não busca nada para si (“We exercise power without conquest, and we sacrifice for the liberty of strangers.”), e que levará comida, remédio e liberdade aos iraquianos.<sup>6</sup>

Em março de 2003, milhões de pessoas em dezenas de países protestaram antes da guerra, e nos EUA ocorreram as maiores manifestações desde as batalhas de rua em Seattle, Washington e a conseqüente inviabilização da rodada do milênio da

---

<sup>6</sup> BUSH, 2003.

Organização Mundial do Comércio. A máquina de guerra dos EUA, porém, seguiu de acordo com o planejado, uma vez obtida a autorização do Congresso (principal público-alvo dos argumentos de Bush em seu discurso supra). Entretanto, em meio a tamanha oposição internacional e doméstica, esse pode ser considerado o período áureo da Doutrina Bush: contra uma miríade de críticas e prognósticos negativos, a vitória militar na fase inicial da guerra foi rápida e implicou em poucas baixas para as Forças Armadas dos EUA. Em janeiro de 2004, Bush pronuncia o último discurso sobre o Estado da União de seu primeiro mandato e o primeiro após a invasão do Iraque.

Novamente abundam referências ao 11 de Setembro, postulando a continuidade do perigo, a justificar uma política geral de ofensiva militar. A intervenção militar no estrangeiro é tida como tarefa de defesa. Simultaneamente, as ocupações do Afeganistão e do Iraque são descritas em termos positivos, cuja justificativa maior passaria a ser a consolidação de regimes democráticos no coração do mundo árabe-islâmico. A medida principal da democracia seria a realização de eleições, bem como a adoção de livre mercado. A guerra ao terror assume contornos de cruzada democrática, sendo Afeganistão e Iraque seu laboratório. De guerra defensiva para jornada de remodelamento do Grande Oriente Médio:

*So America is pursuing a forward strategy of freedom in the greater Middle East. (...) development of free elections and free markets, free press, and free labor unions in the Middle East. And above all, we will finish the historic work of democracy in Afghanistan and Iraq so those nations can light the way for others and help transform a troubled part of the world.<sup>7</sup>*

No segundo mandato de Bush, é possível identificar mudanças de ênfase significativas, refletindo mudanças na opinião pública em relação às guerras no Iraque e Afeganistão, nessa ordem de relevância. O segundo discurso de posse retoma os temas da liberdade como poder transformador, da missão dos EUA no mundo de proclamar a liberdade e do papel dos militares nessa luta.<sup>8</sup> Em um posterior pronunciamento sobre o Estado da União, é feito um balanço positivo da Guerra ao Terror, reafirmando-se a agenda democrática para o Oriente Médio, e apontando o Iraque como exemplo positivo do sucesso da política seguida, tomando como critério a realização de eleições. O inimigo é descrito como uma força tirânica e expansionista, comparável ao comunismo

---

<sup>7</sup> BUSH, 2004.

<sup>8</sup> BUSH, 2005 (a).

e o fascismo. O elogio aos militares é feito, lançando mão do artifício de narrar a história de um soldado morto em Fallujah, ressaltando o caráter voluntário do exército dos EUA.<sup>9</sup>

O ano de 2006 foi um ano de eleições congressuais, e o tema da guerra do Iraque assumiu papel importante nessa disputa, da qual o Partido Democrata sairia vitorioso. A segurança nacional ocupa lugar central nesse discurso, no qual o Presidente busca definir o debate em termos de coragem, caráter e ideais, prevendo um cenário apocalíptico no caso da retirada das tropas norte-americanas do Iraque. Há menos ênfase na vitória final da liberdade, e mais na agência humana, o que parece refletir uma maior necessidade de convencer o público da justiça e necessidade de manter os compromissos militares assumidos.<sup>10</sup>

O pronunciamento sobre o Estado da União de 2007 se dá num cenário político substancialmente modificado, após as vitórias Democratas do ano anterior. A ênfase em temas como coragem, decisão e caráter aumenta; diminui o uso do termo *evil*; o apoio à Guerra é assimilado a um apoio aos militares em geral. É o ano da aplicação de uma nova estratégia de guerra no Iraque, nomeada *Surge*, e o discurso é utilizado para convencer o público e o Congresso a apoiá-la. O termo novo que aparece aqui e será repetido nos últimos discursos é a resiliência, mais uma vez apresentando o problema em termos de caráter nacional.<sup>11</sup>

Os dois últimos discursos de Bush aqui analisados apresentam um caráter de balanço de seu governo, uma tentativa antecipada de defender seu legado. É apresentada uma avaliação positiva das guerras do Iraque e Afeganistão, novamente vinculando uma política de ofensiva geral aos atentados de 11 de setembro. O elogio às tropas é associado a demandas ao Congresso, construindo o argumento de que os supostos ganhos militares não poderiam ser perdidos por conta de disputas políticas.<sup>12</sup> O último discurso presidencial de Bush é o seu pronunciamento de despedida. O tom emocional do mesmo é intenso nas referências ao 11 de setembro, e as decisões subsequentes são definidas em termos de clareza moral e caráter. Avalia os resultados das guerras no

---

<sup>9</sup> BUSH, 2005 (b).

<sup>10</sup> BUSH, 2006.

<sup>11</sup> BUSH, 2007.

<sup>12</sup> BUSH, 2008.

Iraque e Afeganistão como positivos, afirmando o caráter democrático dos regimes estabelecidos em ambos os países após a intervenção norte-americana. Retoma o tema da liberdade e da liderança dos EUA no mundo como benévola, e encerra com um elogio aos militares e cidadãos dos EUA em geral.<sup>13</sup>

### **Conclusão**

É uma idéia muito disseminada era que os eventos de 11 de setembro de 2001 teriam significado uma ruptura histórica: *9/11 changed everything*. Seria possível mudança tão radical, sem vestígio de continuidade? É óbvio, porém, que esse não era o significado da frase, cujo caráter hiperbólico somatizava mais um conjunto de ansiedades indefinidas que a crença numa descontinuidade absoluta. Para alguns, o tudo que havia mudado era a relação dos EUA com o mundo; para outros, tal mudança se restringia a um grupo grande, porém menor: o Islã. Ou seria o mundo árabe? Em que pese a fermentação popular (estimulada por setores da mídia) de uma xenofobia anti-árabe ou anti-islâmica (para alguns, islamofobia), não nos parece que as relações internacionais dos EUA se guiem por tal viés. O elemento de ruptura mais visível nessa área nos parece ser uma inflexão no sentido do uso unilateral do poderio militar, em detrimento das instituições gestadas pós-segunda guerra, como a ONU e a OTAN (mas, lembrando ANDERSON, tais acontecimentos apenas extrapolavam tendências anteriores, presentes na primeira guerra do golfo e nas guerras de desmembramento da Iugoslávia ao longo da década de 1990).

Em um aspecto, porém, a idéia de uma mudança radical parece ser peremptoriamente desmentida: a identidade nacional. Não queremos dar a impressão de uma identidade essencializada e imutável; também não subestimamos (mas no momento, não investigamos) os impactos das guerras subseqüentes ao 11 de setembro na consciência popular (que, mesmo provocando dissenso, não necessariamente desembocaria em uma negação da identidade americana, sendo possível que tal dissenso se expresse em termos de identidade americana, uma tradição de contestação tão americana quanto qualquer outra): porém, a multiplicação de bandeiras (ou de sua representação em estampas, adesivos e outros meios) é apenas um dos sinais de que, ao

---

<sup>13</sup> BUSH, 2009.

invés de provocar um declínio do patriotismo norte-americano, os atentados fortaleceram intensamente a vivência de sentimentos profundamente arraigados (e cuidadosamente cultivados por várias instituições e estatais e aparelho privados) na psique nacional. A destruição das Torres Gêmeas e os outros atentados podem ter causado um sentimento de medo momentâneo generalizado, mas tais eventos foram re-significados e assimilados a uma narrativa que ressalta a unidade e caráter nacionais em tempos de provação (mais uma vez, ecos da narrativa religiosa). No campo da cultura política norte-americana, a invocação de um passado grandioso da nação continua articulada a uma perspectiva otimista quanto ao futuro: a história continuaria a ser o lugar da realização da Liberdade; o destino da teleologia foi mais feliz no senso comum que no campo acadêmico.

## Fontes

- BUSH, George W. First Inaugural Address. January 20, 2001(a). In: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/3645> acesso em 12/08/2010.
- \_\_\_\_\_. Television address on terrorist attacks. September 11, 2001(b). In: <http://edition.cnn.com/2001/US/09/11/bush.speech.text/> acesso em 12/08/2010.
- \_\_\_\_\_. Address to a joint session of Congress. September 20, 2001(c). In: <http://edition.cnn.com/2001/US/09/20/gen.bush.transcript/> acesso em 13/08/2010.
- \_\_\_\_\_. State of the Union Address. January 29, 2002. In: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4540> acesso em 12/08/2010.
- \_\_\_\_\_. State of the Union Address. January 28, 2003. In: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4541> acesso em: 12/08/2010.
- \_\_\_\_\_. State of the Union Address. January 20, 2004. In: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4542> acesso em: 12/08/2010.
- \_\_\_\_\_. Second Inaugural Address. January 20, 2005 (a). In: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4463> acesso em: 12/08/2010.
- \_\_\_\_\_. State of the Union Address. February 02, 2005 (b). In: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4464> acesso em: 12/08/2010.
- \_\_\_\_\_. State of the Union Address. January 31, 2006. In: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4461> acesso em: 12/08/2010.
- \_\_\_\_\_. State of the Union Address. January 23, 2007. In: <http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4455> acesso em: 12/08/2010.

\_\_\_\_\_. State of the Union Address. January 28, 2008 (a). In:  
<http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4454> acesso em: 12/08/2010.

\_\_\_\_\_. Farewell address to the Nation. January 15, 2009. In:  
<http://millercenter.org/scripps/archive/speeches/detail/4450> acesso em: 12/08/2010.

### Referências bibliográficas

ALI, Tariq. Re-colonizing Iraq. *New Left Review*. V. 21, pp. 05 - 19, may - june, 2003.

ANDERSON, Perry. Force and consent. *New Left Review*. V. 17, pp. 05- 30, sep – oct, 2002.

BURKE, Peter. História como alegoria. *Estudos Avançados*. V. 9(25), pp. 197 - 212, set.-dez, 1995.

BURNS, Edward McNall. *The American idea of mission: Concepts of national purpose and destiny*. New Jersey: Rutgers University Press, 1957.

CHOMSKY, Noam. *11 de Setembro*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DEGENSZAJN, Andre. Terrorismos e invulnerabilidades. In: PASSETTI, Edson e OLIVEIRA, Salete (orgs). *Terrorismos*. São Paulo: EDUC, 2006. (pp. 164- 175).

EHRENREICH, Barbara. *Ritos de sangue: Um estudo sobre as origens da guerra*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

FERRAZ, Maria Cristina F. Terrorismo: ‘nós’, o ‘inimigo’ e o ‘outro’. In: PASSETTI, Edson e OLIVEIRA, Salete (orgs). *Terrorismos*. São Paulo: EDUC, 2006. (pp. 37- 55).

HOBBSAWM, Eric. *Globalização, democracia e terrorismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HUNT, Michael H. *Ideology and U.S. Foreign Policy*. New Haven: Yale University Press, 1987. (pp. 125- 170).

PINTO, Maria do Céu de P. F. *Infiéis na Terra do Islão: os Estados Unidos, o Médio Oriente e o Islão*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

RESENDE, Paulo-Edgar Almeida. Desconstruindo a teoria da guerra preventiva. In: *Projeto História* – n. 30. São Paulo: EDUC, 2005. (pp. 211- 227).

ROBERTSON, James Oliver. *American myth, American reality*. New York: Hill & Wang, 1994.

SCHLESINGER JR, Arthur M. *Os ciclos da História Americana*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1992.

VERDERY, Katherine. Para onde vão a ‘nação’ e o ‘nacionalismo’? In: BALAKRISHNAN, Gopal. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. (pp. 239- 282).